



MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico - CAO

ATA DO DIA 23.06 REFERENTE À PRIMEIRA REUNIÃO ANO 2015 DE ACOMPANHAMENTO DOS TCAS 01 E 02 DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS MUNICÍPIOS DE SÃO DOMINGOS DO NORTE, RIO BANANAL, ALFREDO CHAVES, BOM JESUS DO NORTE, APIACÁ E PIÚMA

No dia 30 dias do mês de junho de 2015, às 10:30 horas, estiveram presentes na sala de reuniões da AMUNES – Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo, o Ministério Público do Estado do Espírito Santo, através da Promotora de Justiça e Dirigente do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente e Urbanismo, Dra. Isabela de Deus Cordeiro e da Agente Técnica Juliana Baptista, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA, representado pelo Técnico Anderson Soares Ferrari; a Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo - AMUNES, representada pela Coordenadora de Projetos Viviane Ferraço Marino, além dos Municípios conforme identificação na lista de presença anexa, a fim de procederem à primeira reunião de acompanhamento dos Termos de Compromisso Ambiental 01 e 02 que versam acerca da implementação dos instrumentos da PNRS e da erradicação dos lixões no Espírito Santo dos respectivos municípios. Aberta a reunião, foi ratificada a importância dessas reuniões para acompanhamento da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. *Considerando que os Municípios provocaram o Ministério Público e os representantes do governo estadual no sentido de dar sequência à política estadual de manejo de resíduos mediante execução do programa “ES SEM LIXÃO”, inclusive com interpelação do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, para andamento dos autos 9924/2013, e que essas pendências tem se erigido em entraves políticos e jurídicos para o deslinde da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Estado do Espírito Santo, DETERMINO O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE ATA AO CONHECIMENTO DO EXCELENTÍSSIMO GOVERNADOR DO ESTADO, AO EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS, AO EXCELENTÍSSIMO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, para ciência e providências que julgarem pertinentes. A*



MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e
Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico - CAO

seguir o MPES advertiu os municípios no sentido de: **1. Os Municípios deverão apresentar um projeto para a próxima reunião em torno da matéria orgânica, contemplando a educação formal e não formal em torno da compostagem, prevendo o modo como a associação de catadores fará o trabalho de compostagem; se serão utilizados os PEVs para recolhimento da matéria orgânica; a periodicidade de recolhimento da matéria orgânica através do “porta a porta”, entre outros. Sugere-se um contato dos Municípios com o INCAPER visando que prestem assistência técnica na implantação do planejamento. 2. Os municípios devem alimentar o sistema com fotos atualizadas permanentemente. 3. Os municípios deverão apresentar na próxima reunião o diagnóstico preliminar necessário à elaboração do PRAD, estando advertidos de que serão adotadas providências em relação aos municípios que não apresentarem o diagnóstico até o fim do ano. 4. Os municípios que já iniciaram a coleta seletiva deverão apresentar o levantamento do quantitativo do material reciclável destinado aos catadores, identificando o volume encaminhado; o volume reciclável aproveitável e o percentual gravimétrico do material reciclável, conforme planilha exemplificativa constante no sistema. Pelo Ministério Público do Trabalho foram os municípios orientados a comprovar a realização das capacitações em saúde e segurança do trabalho, inclusive, mediante alimentação do sistema que as comprove, juntando cronograma do curso, conteúdo programático, lista de presença, carga horária e profissional que ministrou o curso etc, além da comprovação no fornecimento de equipamentos de proteção individual aos componentes das associações de materiais recicláveis. Seguiu-se à prestação de contas dos Municípios, iniciando pelo Município de NOVA VENÉCIA: Seguiu-se à apresentação da equipe com 07 membros educação, meio ambiente, saúde, assistência social, obras, presente o vice-prefeito e a representante da associação de catadores ACAMARÉR. TCA 01: 3.2 O plano será elaborado pela UFES. O Estado assumirá o pagamento do plano, estando a contratação em andamento. 3.3 O caminhão foi caracterizado como sendo da coleta seletiva, que vem ocorrendo três vezes por semana. 3.4 O município trabalhou a capacitação dos professores todos da rede municipal e uma escola da rede estadual e dos agentes de saúde. O Município foi orientado a desenvolver um**



MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e
Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico - CAO

projetos de educação ambiental especificamente em torno da separação do resíduo, haja vista que implica certa compreensão (conhecimento) de como separar o resíduo. Existe uma parceria com a Multivix por meio da qual os alunos realizam trabalhos de educação ambiental, figurando como agentes ambientais. O processo de educação ambiental porta a porta vem sendo feito no bairro centro. A mobilização social deverá ser estendida (cartilha, folder, e abordagem) para o outro lado da Beira Rio e o planejamento será a universalização em toda a sede. Já foram feitas três reuniões com o CDL. 3.5 o Município conta com 15 PEVs mas foram adquiridos mais 10 de 1000 litros. A coleta seletiva vem acontecendo apenas no Bairro Centro. O Município deverá ampliar a coleta seletiva para o outro lado da beira rio. 3.6 a associação está totalmente formalizada e conta com 18 pessoas. Existe um contrato de repasse que assegura um salário mínimo para cada catador. O Município foi orientado a, quando do término desse contrato (vigora até setembro) deve contratar pela prestação do serviço de recolhimento do material reciclável, que deverá ser por produtividade. A presidente da associação informou que existem dias que trabalham o dia todo, mas existem dias que trabalham meio dia. Todos estão trabalhando só com a catação mas ainda retiram um valor muito pequeno, aproximadamente R\$ 500,00 (quinhentos reais). A picotadeira já foi entregue. O galpão conta com licença ambiental e tem, aproximadamente, 400 m², conta com escritório, banheiros (2), cozinha, sala de reunião. 5. A comissão está atualizada mas não consta do sistema, devendo sê-lo em 10 dias. 6.2 o processo administrativo está aberto. 6.4 o link consta do site da prefeitura municipal. TCA 02: 3.2 O Município foi orientado a apresentar uma proposta em relação a destinação final adequada. 3.1 São duas áreas, as plantas foram apresentadas e estão ok. Em relação à área em uso o Município foi orientado a providenciar o recobrimento integral da área, no prazo de 30 dias, devendo alimentar o sistema. 3.2.2 A propriedade de uma área é do Município a outra está sendo regularizada. O município ajuizou ação de usucapião. 3.2.3 A averbação da área da sede ainda não foi solicitada. O Município deu entrada no CAR, sendo assinalado o prazo de 10 dias para solicitação da averbação da área como contaminada. 3.3 O PRAD já foi apresentado pelo Município. 3.2.7 O sistema de drenagem de gases foi refeito. 3.7.3 o Município deverá notificar todos os estabelecimentos que comercializam pneumáticos instando a que apresentem a



MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e
Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico - CAO

comprovação da destinação final adequada de pneus inservíveis. 3.7.4 No tocante ao RSS o Município tem contrato de destinação final. Em relação aos particulares o Município deve apresentar no prazo de 30 dias proposta legislativa para cobrança pelo recolhimento dos RSS de particulares. **MUNICÍPIO DE IBITIRAMA** Seguiu-se a apresentação da comissão de acompanhamento com sua equipe com 09 pessoas, inclusive o Prefeito, do meio ambiente, assistência social, educação, obras, saúde, procurador do Município, agricultura e meio ambiente, assistência social e a secretario da associação de catadores de materiais recicláveis. TCA 01: 3.2 O Município está conveniado com a FUNASA e terá o plano elaborado pela UFF. A FUNASA encaminhou ofício solicitando informação sobre quem comporá a equipe que será qualificada para a elaboração do PGRS. Considerando que consta do sistema o cumprimento do plano (cor roxa) no item 3.2 foi orientado a alterar a cor para constar apenas os passos dados na direção da contratação, no prazo de 05 dias. A secretaria estadual de administração esclareceu que o valor de R\$ 240.000,00 não pode ser utilizado para elaboração de plano mas apenas para execução, ou seja, obras de investimento. 3.3 O município conta com dois veículos para a coleta seletiva, contudo, deve alimentar o sistema com fotos do outro veículo. O veículo está caracterizados. 3.4 O PEA o município criou uma formação continuada, tanto da rede municipal quanto estadual. A formação continuada foi iniciada em abril. A formação em resíduos sólidos dos professores será em agosto. No âmbito da educação formal foram feitas conscientizações em torno da separação de resíduo. Distribuição de panfletos, visitas no porta a porta feitas pelos alunos acompanhados pelos professores. Em princípio a coleta seletiva tem sido desenvolvida em Pedra Roxa. Os projetos já estão universalizados em todo Município. A educação não formal vem sendo desenvolvida com a parceria da família. As escolas contam com os coletores para separação do resíduo. Foram feitas reuniões com a comunidade em número de três na comunidade de Pedra Roxa. 3.5 A Associação conta com 30 pessoas, contudo, alguns estão se desligando. Cogita-se que permanecerão aproximadamente 17 membros. A coleta seletiva vem ocorrendo na rota até Pedra Roxa e também no comércio. O cartório ainda não devolveu o registro da associação. 3.6 A associação conta com 30 associados e está devidamente formalizada mas não houve a liberação do registro. Restou



MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico - CAO

ajustado que irão dois a dois no caminhão para o recolhimento. Foi solicitado ao Procurador do Município que faça contato com o Cartório a fim de solicitar urgência na formalização. Foi assinalado o prazo de 30 dias para a apresentação do contrato da associação de catadores de materiais recicláveis, devendo ser o sistema alimentado. Os EPIS já foram comprados e estão pendentes de entrega. A associação conta com equipamentos carrinho, elevados, prensa, pátio de compostagem. Os catadores estão todos eles cadastrados no CADÚNICO. TCA 02: 3.1. O estudo de ocupação volumétrica ainda não foi apresentado, devendo ser apresentado no prazo 30 dias. 3.2 As plantas foram elaboradas sendo assinado o prazo de 05 dias para alimentação do sistema. 3.2.2 Uma área é do município e outra é particular, tendo este último prestado a declaração e tendo sido solicitado o registro ao RGI. 3.2.3 Foi sinalizado o prazo de 30 dias para que o Município faça a alteração das plantas, no intuito de localizar as coordenadas geográficas das áreas contaminadas, e solicite a averbação da área pública. O mesmo prazo foi assinalado para a área particular. 3.2.4 as placas estão instaladas. 3.2.5 não constam fotos atualizadas; 3.2.6 não constam fotos atualizadas. 3.2.7 não constam fotos atualizadas. 3.2.8 não constam fotos atualizadas. 3.3 o município está trabalhando na elaboração do diagnóstico. **O MUNICÍPIO FOI ADVERTIDO EM RELAÇÃO À NECESSIDADE DE ALIMENTAR ADEQUADAMENTE O SISTEMA COM AS FOTOS ATUALIZADAS.** A Estação de transbordo está sendo executada. 3.7.4 o RSS vem sendo recolhido pelo Município que conta com contrato de destinação adequada (verificou-se que o homem que consta da foto não está utilizando EPI para manusear RSS). Os particulares estão destinando o RSS por conta própria. A vigilância sanitária fez uma visita técnica e estão sendo notificados para apresentação da destinação final adequada. 5.1 a comissão está atualizada. 6.3 o procedimento foi aberto. 6.5 o link foi disponibilizado na página da prefeitura. O MPES solicitou um relatório, acompanhado de fotografias, em relação aos itens cujas fotos não foram atualizadas, no prazo de 15 dias. **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO** com 06 de seus membros e a Prefeita Liliana, sendo do assistência social, saúde, agricultura e meio ambiente, obras e representante da associação de catadores, ausente a educação. TCA 01: 3.1 e 3.2 o conveniou com a FUNASA e o plano será elaborado pela UFF. O município foi orientado a fazer contato com a universidade além de indicar



MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e
Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico - CAO

toda a comissão de acompanhamento para a capacitação em torno da elaboração do PGRS 3.3 O caminhão compactador vem sendo utilizado para a coleta seletiva. 3.4 O Programa de educação ambiental foi paralisada um pouco por conta da questão hídrica. Em abril o município retomou a educação ambiental em torno da separação. Existem duas escolas que encaminham o material para a associação, mas existem 06 ao todo. Foi feita uma reunião com as diretoras visando a retomada do trabalho de resíduos. O assunto foi trabalhado dentro das escolas e também no âmbito dos jornal da prefeitura. O município fará uma atualização do PEA. A associação de catadores tem colaborado na conscientização em torno da separação do resíduo e serão contratados para o recolhimento dos resíduos recicláveis. Atualmente os catadores vem fazendo uma abordagem porta a porta visando ao aumento da arrecadação do material. A média é de 6 toneladas. 3.5 A coleta seletiva ocorre no Bairro Centro, Bairro Niterói e José Pereira Tatagiba. O Município conta com 15 PEVs e receberam mais 30, recebendo outros 30 no próximo mês. Contudo os 15 iniciais serão eliminados. O Município foi orientado a alimentar o sistema com o mapa de localização, no prazo de 05 dias. 3.6 A associação tá totalmente formalizada e conta com 06 componentes. O valor retirado por pessoa é de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). O Município criou um pagamento em favor os catadores de R\$350,00 (ainda por três meses). O Município foi orientado a fazer a adesão à ata de preços da ADERES a fim de assegurar a aquisição de uma prensa para os catadores. 3.6.1 Existe um galpão sendo o município foi orientado a, no prazo de 05 dias, providenciar alimentação do sistema. 5. A comissão está atualizada. 6.3 o procedimento está aberto. 6.5 o link está na prefeitura .TCA 02: A estação provisória de transbordo conta com a impermeabilização do piso; o telhado foi feito, a caixa coletora foi executada, existe lonagem, existem canaletas. 3.2.6 o sistema de drenagem de águas pluviais foi instalado. 3.7.4 quanto ao RSS domiciliar vem sendo encaminhado à vigilância sanitária. Quanto aos particulares o Município notificou todos os estabelecimento para que dessem a destinação final adequada. A vigilância sanitária vem fiscalizando e cobra a comprovação do contrato para destinação final adequada no momento da emissão do alvará. O município deverá alimentar o sistema com o modelo da notificação e também com a relação dos estabelecimentos notificados. 3.3 o município está na fase final de elaboração do PRAD, provavelmente nos



MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e
Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico - CAO

próximos 30 dias. **MUNICÍPIO DE IBIRAÇU** Com sua comissão 05 membros: saúde, obras, meio ambiente e procuradoria geral. 3.1e 3.2 o TR é o da FUNASA. Foi contratada a empresa EColibra para elaboração do plano de saneamento básico. O município deve alimentar o sistema com o contrato da empresa apresentado, no prazo de 05 dias, devendo providenciar a alimentação do sistema com o diagnóstico quando de sua elaboração. 3.4. São 10 escolas municipais 2 estaduais mas a sensibilização vem ocorrendo em todas elas em torno da separação do resíduo. Em relação à educação não formal ela ainda não vem ocorrendo. 3.5 A coleta seletiva não está acontecendo. A coleta seletiva deverá ser iniciada no prazo de 30 dias. 3.6 A associação conta com 10 catadores, está formalizada (ASCONSUL). A contratação da associação deverá ser comprovada no prazo de 20 dias. 3.6.1 O galpão está sendo finalizado. O Município fez a adesão da ata da ADERES e deverá adquirir prensa, balança, EPIs, empilhadeira, etc. TCA 02: 3.1 as licenças constam do sistema 3.2.1 a planta foi apresentada e está adequada, pendente a anotação de responsabilidade técnica. 3.2.3 A averbação já foi providenciada. 3.7.4 as licenças do RSS foram apresentadas. O Município fez um reunião com os estabelecimentos e foram conscientizados sobre isso. Os estabelecimento preferiram arcar com os custos do recolhimento, devendo o Município atuar na fiscalização quando da emissão do alvará e também no exercício regular do poder de polícia. 3.3 em relação ao PRAD o município apresentou o diagnóstico. **MUNICÍPIO DE DORES DO RIO PRETO** com 07 membros sendo do (a) meio ambiente, obras, assistência social, educação e a tesoureira da associação de catadores de materiais recicláveis TCA 01: 3.1 O Município na verdade já conta com o plano em relação a água e esgoto, os dois outros eixos contratou a UFF. Foi orientado a indicar toda a comissão de acompanhamento como aqueles que serão capacitados para a elaboração do plano. 3.3 existe um pedido de caminhão baú junto à SEDURB. O pedido em está em fase de análise. 3.4 o PEA vem sendo realizado. Os catadores tem trabalhado na sensibilização da sociedade. 3.5 A coleta seletiva vem sendo feita pela prefeitura mas é acompanhada dos catadores, visando melhorar arrecadar maior quantidade. Os LEVS foram adquiridos, contudo ainda não foram entregues. A coleta seletiva vem sendo feita apenas no Centro e uma vez por semana nos distritos. A universalização da coleta será em 60 dias. 3.6 A associação é formada por 09 mulheres e



MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e
Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico - CAO A

01 homem, está devidamente formalizada. A associação será contratada pela Prefeitura Municipal. O Município apresentará o contrato no prazo de 60 dias. O rendimento está muito baixo, por faltar a prensa, tem girado em torno de menos de R\$ 200,00. Está em licitação em curso de segurança do trabalho, ocasião em que receberão os EPIs. TCA 02: 3.2 o município vai licitar a destinação final dos RSU. 3.3 o PRAD está em fase de finalização. Os demais itens foram cumpridos. **MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA** com seus 07 membros e a Prefeita Ana, sendo do (a): meio ambiente, assistência social, saúde, obras e educação. 3.2 o Município já conta com o diagnóstico da UFES, devendo alimentar o sistema. 3.3 ainda não conseguiram o caminhão para coleta seletiva da SEDURB. 3.4 o PEA o Município está pensando em criar um calendário da coleta seletiva. Estão previstas ações em torno de visitas as escolas, distribuição dos bairros, capacitação dos agentes comunitários. 3.5 a Coleta seletiva só está ocorrendo no bairro centro. Em julho e agosto a coletiva será ampliada para os Bairro João Paulo II, Cristo Rei e Nossa Senhora Aparecida e o distrito de Águas Claras. O município adquiriu 03 PEVs no ano passado e deverá adquirir 03 esse ano. A universalização da coleta seletiva deverá ocorrer até o final do ano. TCA 02: 3.1.1 C Município optou por contratar uma empresa para fazer a destinação final adequada, estando em vias de ser assinado. 3.2.1 a planta topográfica foi apresentada e conta com a anotação de responsabilidade técnica. 3.7.3 o Município deverá apresentar notificação aos particulares visando a compeli-los à assumirem a destinação final adequada de pneus inservíveis, devendo o poder público fiscalizar a comprovação dessa destinação. 5.1 o Município deverá providenciar a atualização da comissão de acompanhamento. Nada mais havendo, encerrou-se a presente reunião que vai assinada por todos, conforme lista em anexo.